

Venezuela em transe



Fotos: Bryan R. Smith/AFP



Em frente ao tribunal, policiais nova-iorquinos separaram manifestantes contra e a favor da intervenção determinada por Trump em Caracas: pedido de agradecimentos ao republicano e de libertação do chavista

Maduro alega inocência e fala em sequestro

» PALOMA OLIVETO

Na primeira aparição pública desde que foi capturado e detido em uma ação militar norte-americana, no último sábado, o líder deposto da Venezuela, Nicolás Maduro, negou as quatro acusações atribuídas a ele, afirmou que ainda é o presidente venezuelano e disse ao magistrado que foi "sequestrado". O chavista e a mulher dele, Cilia Flores, foram escoltados de helicóptero desde o Metropolitan Detention Center (MDC), no Brooklyn, e chegaram algemados às 12h01 (14h01 no horário de Brasília) ao Tribunal Federal do Distrito Sul de Manhattan, em Nova York. "Sou uma pessoa decente", afirmou.

A audiência foi presidida pelo juiz Alvin K. Hellerstein. Aos 92 anos, o magistrado foi designado para o cargo em 1998 pelo ex-presidente Bill Clinton e é conhecido pelos casos complexos que conduziu, como o julgamento do ex-advogado do presidente Donald Trump Michael Cohen. Quando Hellerstein pediu a Maduro para se identificar, ele disse, em espanhol, que era "presidente da República da Venezuela" e que estava nos Estados Unidos "sequestrado". Em outro momento, provocado por um homem que assistia à sessão da galeria, o chavista se declarou "prisioneiro de guerra";

Na denúncia do promotor Jay Clayton, Maduro é acusado de conspiração de narcoterrorismo, conspiração para importação de cocaína, uso e posse de metralhadoras e conspiração para obter as armas e outros dispositivos destrutivos com fins de tráfico (veja quadro). Pela legislação norte-americana, esses crimes têm pena mínima de 10 anos e máxima de prisão perpétua. Cilia Flores, primeira-dama capturada, responderá às três últimas acusações, e também se declarou inocente.

O caso volta a ser ouvido pelo tribunal em 17 de março e, enquanto isso, permanece preso no MDC, conhecido por abrigar outros detentos famosos e pelas instalações precárias. Embora não estejam nos Estados Unidos, outros três venezuelanos foram denunciados pelo promotor: o ministro Diosdado Cabello Rondón, o ex-ministro Ramón Rodríguez Chacín, o narcotraficante Hector Rusthenford Guerrero Flores e o Nicolás Ernesto Maduro Guerra, filho de Maduro, conhecido como "Nicolásito".

Defesa

Perto do fim da audiência, Barry J. Pollack, advogado contratado pela defesa Nicolás Maduro, colocou em dúvida a "legitimidade de seu sequestro militar". A ação de captura tem sido questionada por líderes mundiais e congressistas norte-americanos, que não foram consultados pelo presidente Trump sobre a operação, como determina a legislação. Pollack, que também representou Julian Assange no caso do WikiLeaks, obteve a soltura do cliente, disse ao juiz que "voluntosos" documentos serão apresentados antes do julgamento para esclarecimento legal.

Perante a Justiça norte-americana, o presidente capturado em Caracas com a mulher, Cilia Flores, declara-se "prisioneiro de guerra" ao ser formalmente acusado. Defesa questiona a legalidade da ação militar

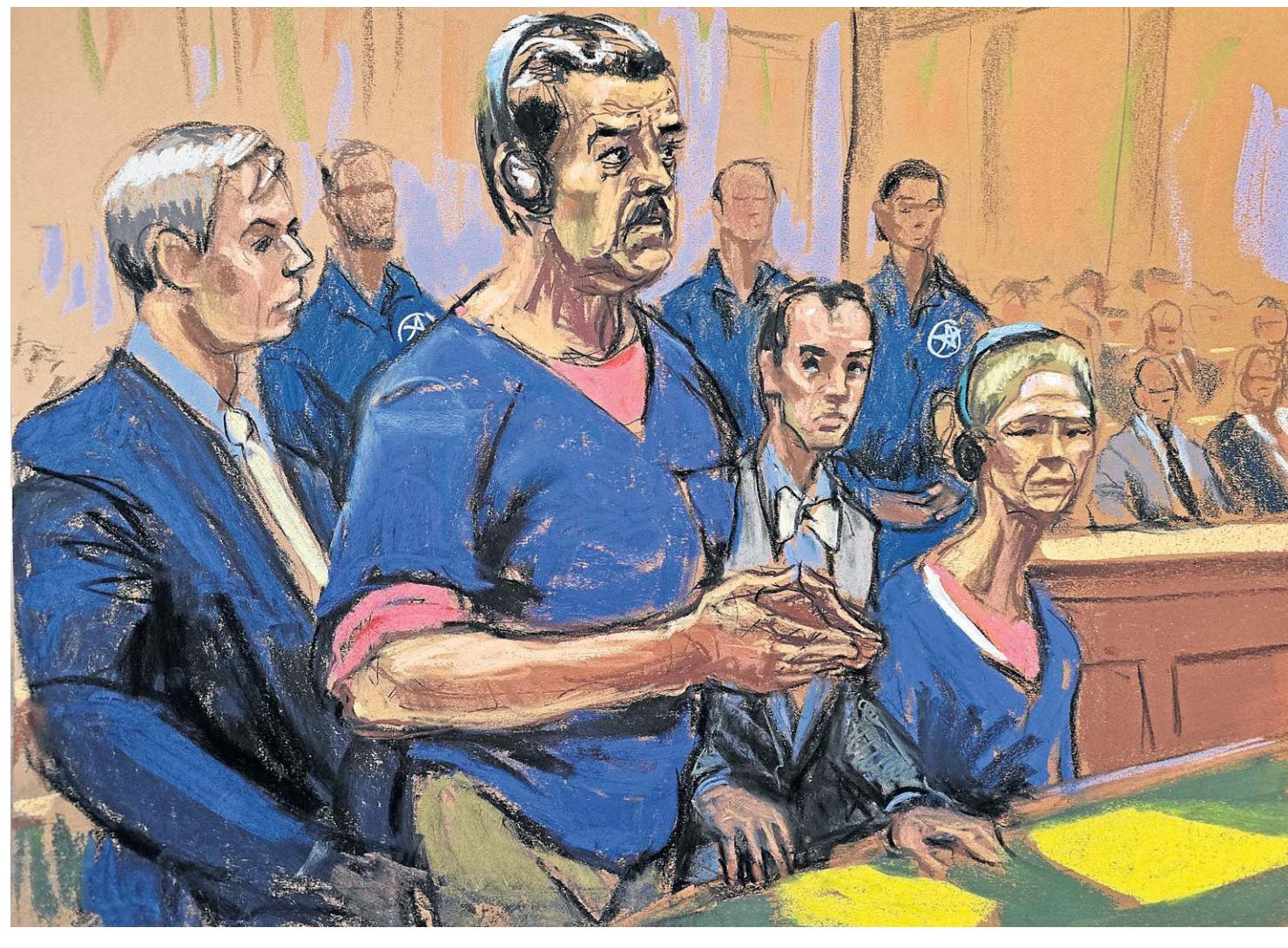


Ilustração de Jane Rosenberg retrata um momento da audiência em que o líder chavista e a mulher, Cilia Flores (D), ouvem as acusações

Narcotráfico e armas pesadas

As acusações contra Nicolás Maduro, Cilia Flores e outros três denunciados constam de uma documentação de 25 páginas apresentada pelo promotor Jay Clayton no Tribunal Federal do Distrito Sul de Nova York e abrangem narcoterrorismo, tráfico internacional de cocaína e uso de armas pesadas. As penas vão de 10 anos à prisão perpétua.

OS ACUSADOS

Nicolás Maduro Moros
Presidente da Venezuela

Cilia Adela Flores de Maduro
Advogada, deputada e primeira-dama da Venezuela

Diosdado Cabello Rondón
Ministro do interior, justiça e paz

Ramón Rodríguez Chacín
Ex-ministro do interior, justiça e paz

Nicolás Ernesto Maduro Guerra, o "Nicolásito"
Deputado e filho de Nicolás Maduro com a primeira mulher, Adriana Guerra Angulo

Hector Rusthenford Guerrero Flores, o "Niño Guerrero"
Narcotraficante e líder do cartel Tren de Aragua

OS CRIMES
1 - Conspiração de narcoterrorismo
Segundo o documento produzido pelo promotor Jay Clayton,

o grupo teria atuado com o objetivo de distribuir cocaína nos EUA. O tráfico não seria apenas um negócio criminoso, mas um meio de financiar e fortalecer organizações classificadas pelos EUA como terroristas. Cilia Flores, "Nicolásito" e "Niño Guerrero" não são acusados desse crime.

2 - Conspiração para importação de cocaína
O grupo teria conspirado para produzir, transportar e importar cocaína em larga escala para os EUA por diferentes meios. A denúncia menciona explicitamente quantidades superiores a 5kg, o que caracteriza tráfico em grande escala.

3 - Uso e posse de metralhadoras e dispositivos destrutivos em crime de tráfico

Segundo a denúncia, o uso dessas armas teria ocorrido para proteger operações de narcotráfico, garantir rotas, intimidar adversários e assegurar a continuidade das atividades criminosas.

4 - Conspiração para possuir metralhadoras e dispositivos destrutivos

A posse de metralhadoras e dispositivos destrutivos teria sido planejada e integrada à estrutura do tráfico internacional de cocaína operado pelo grupo.

Imunidade

Na avaliação de Marc Weller, professor de direito internacional e estudos constitucionais internacionais na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, não há amparo jurídico para a ação militar. "Na ausência de um mandado do Capítulo VII da Carta da ONU (sobre atentados à paz), a força só é cabível em resposta a um ataque armado ou, possivelmente, para resgatar uma população sob ameaça iminente de extermínio", diz. "Claramente, nenhum desses requisitos é atendido pela operação armada dos Estados Unidos contra a Venezuela. O interesse dos EUA em reprimir o tráfico de drogas ou as alegações de que o governo Maduro era, em essência, uma organização criminosa não oferecem qualquer justificativa legal."

Assim como Maduro, Cilia Flores ressaltou que não reconhece

a ação militar norte-americana, ao se declarar "primeira-dama da República da Venezuela". A ex-parlamentar, importante aliada do ex-presidente Hugo Chávez, afirmou ser "completamente inocente". O advogado de Flores, Mark Donnelly, disse que a cliente, de 69 anos, pode ter sofrido uma fratura ou contusão grave na costela durante a captura, e que estava com "problemas de saúde que exigirão atenção".

A audiência foi encerrada às 12h31. O casal concordou em permanecer detido nos EUA durante o processo, que deve demorar mais de um ano. O juiz Alvin K. Hellerstein garantiu um "julgamento justo". "Esse é o meu trabalho, e é isso que pretendo fazer", asseverou.

Perfis

Alvin K. Hellerstein, juiz

Encarregado do processo contra o presidente venezuelano deposto Nicolás Maduro, Alvin Hellerstein, 92 anos, lidou ao longo de sua extensa carreira com outros casos complexos, incluindo julgamentos pelos atentados de 11 de setembro e pelos maus-tratos de prisioneiros pelas forças norte-americanas.

Nascido em Nova York em 1933, ele se formou na Universidade de Columbia e foi advogado militar no corpo jurídico das forças armadas entre 1957 e 1960. Hellerstein trabalhou depois como advogado no setor privado até 1998, quando foi nomeado juiz federal no distrito sul de Nova York pelo presidente democrata Bill Clinton.

O magistrado é responsável, desde 2011, pelo processo por narcotráfico contra Hugo "El Pollo" Carvajal, ex-chefe de inteligência militar venezuelano, no qual Maduro aparece desde 2020. Extradiado em 2023 da Espanha, Carvajal declarou-se culpado em junho perante Hellerstein de "narcoterrorismo". A sentença será anunciada em 23 de fevereiro. O juiz já condenou em 2024 outro acusado nesse caso, o ex-general venezuelano Cliver Alcalá, que recebeu 21 anos e oito meses de prisão.

Barry J. Pollack, advogado

Sua atuação na área cível envolve disputas comerciais complexas, alegações da Lei de Reclamações Falsas relacionadas a contratos governamentais e assistência médica, questões da Primeira Emenda, acusações da Lei de Organizações Corruptas e Influenciadas pelo Crime Organizado (RICO), negligência profissional ou quebra de dever fiduciário, e processos de suspensão e impedimento.

Um dos mais conhecidos advogados criminalistas dos Estados Unidos, Barry J. Pollack graduou-se em 1986 pela Universidade de Indiana, com distinção, e em 1991 pela Escola de Direito da Universidade de Georgetown, onde hoje leciona como professor-adjunto. Com mais de 30 anos de júri, lida regularmente com casos envolvendo crimes financeiros e empresariais, corrupção e segurança nacional.

Segundo a Chambers USA — um tradicional catálogo da advocacia da Inglaterra —, Pollack é um "advogado minucioso e perspicaz" que "vive, respira e dorme julgamentos e tem uma desenvoltura natural diante dos júris". A Chambers também afirmou: "Ele é um advogado excepcional".